



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

THAÍS ALVES DIAS

**DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA ANÁLISE DIDÁTICA-PEDAGÓGICA DA PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília-DF

2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Diurno

Professora Doutora Diana Vaz de Lima

Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais - Noturno

THAÍS ALVES DIAS

**DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA ANÁLISE DIDÁTICA-PEDAGÓGICA DA PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Orientadora:

Prof.^a Dra. Ducineli Régis Botelho

Brasília-DF

2016

DIAS, Thaís Alves.

Deficiência Visual: uma análise didática-pedagógica da percepção dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília / Thaís Alves Dias – Brasília, DF, 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE. 1º Semestre de 2016.

62 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ducineli Régis Botelho.

1. Percepção docente. Inclusão. Deficiência visual.

THAÍS ALVES DIAS

**DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA ANÁLISE DIDÁTICA-PEDAGÓGICA DA PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof.^a Dra. Ducineli Régis Botelho

Professora-Orientadora

Prof.^o MSc. Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Professor-Examinador

Brasília, Junho de 2016.

Dedico este trabalho a minha família, com todo carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda misericórdia derramada sobre a minha vida, todas as bênçãos que o Senhor me deu. Pela grande realização de um sonho, ingressar na Universidade de Brasília. Deus sabe de todas as coisas e tem o tempo certo para que elas aconteçam. Obrigada Pai por ser meu refúgio, minha fortaleza.

Aos meus pais por me apoiarem em minhas decisões e meus sonhos. Valéria e Josimar, meus pais de coração, Cristiane e João César, meu muito obrigada por tudo, o que eu sou hoje foi graças ao amor, cuidado e carinho de vocês.

À minha família, por toda compreensão durante a realização dessa pesquisa. Perdão pela minha ausência, sofri muito por não estar presente em momentos que eu amava, mas se eu consegui vencer essa etapa foi por motivação de vocês! Obrigada pelo apoio irmãos, avós, tios e tias, primos e primas, como eu amo vocês.

Ao meu irmão João Victor, obrigada por me inspirar a cada dia, por me esperar chegar da faculdade nem que seja para me dar um beijo de boa noite. Obrigada por ser quem você é para mim, fonte de amor, inocência, superação, eu te amo!

Às minhas caronas, meu muito obrigada, se não fosse por vocês eu não estaria onde estou. Não posso citar pelo fato de foram tantas que não aceito esquecer nenhuma, mas vocês foram fundamentais para minha formação e desejo muito sucesso a todos, e que Deus pague toda a gasolina que eu os fiz gastar, e que transforme se em muitas bênçãos, obrigada!

Aos meus amigos que a Universidade de Brasília me deu, obrigada por todas as risadas, estudos em grupo que me incentivaram, disciplinas impossíveis que com vocês foram tão mais fáceis. Em especial ao meu grupo de amigas “As melhores”, obrigada Cristina por ser nossa mãe, obrigada Fernanda por sempre nos tranquilizar em dia de prova, obrigada Yasmin pelo J2 (pela alegria que você transpõe), desejo muito sucesso a todas minhas flores.

Ao meu namorado Guilherme Moreira, que com toda paciência e amor me aguentou nesse semestre, obrigada preto meu por não desistir de mim, por sempre me dizer que ia dar certo. Meu muito obrigada por esse ano que você mudou minha vida!

À professora Dra. Ducineli Régis Botelho, por me ajudar durante toda essa pesquisa, por acreditar em mim, meu muito obrigada!

E por fim, agradeço a Universidade de Brasília como um todo, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, o corpo docente pelo aprendizado.

A todos que torceram por mim, obrigada!

“Esforça-te, e tem bom ânimo; não te atemorizes,
nem te espantes, porque o Senhor teu Deus está
contigo, por onde quer que andares”.

Bíblia Sagrada (Josué 1, 9).

RESUMO

A universidade possui um papel fundamental na vida profissional e pessoal do cidadão, dessa maneira esta tem que se adaptar para atender a toda diversidade de alunos, principalmente para aqueles universitários que possuem deficiência. O professor faz parte desse processo de inclusão, por ser responsável pela transmissão de conhecimento, assim desenvolvendo o saber do discente. Dessa maneira, este estudo procurou analisar a percepção que o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, possui a respeito da inclusão de um aluno com deficiência visual na graduação. Para isso foi necessário consulta a bibliografias como artigos científicos, normas que tratassem de inclusão. Assim, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. A amostra utilizada foi o corpo docente do curso no primeiro semestre do ano de 2016, por meio de aplicação de um questionário de maneira impressa. Do total de professores, 74% participaram do estudo, 6% se abstiveram e 20% não entregaram o questionário a tempo da realização das análises. Dentre os resultados encontrados, 65% dos docentes não têm experiência com alunos com deficiência visual, e apenas 35% já tiveram. Dos respondentes que declararam a experiência de docência para estudantes cegos, todos afirmaram que não possuem conhecimentos suficientes para lecionar em uma sala de inclusão, em que se observam alunos com e sem deficiência visual.

Palavras-chave: Percepção docente. Inclusão. Deficiência visual.

ABSTRACT

The University has a fundamental role in personal and professional citizen's life, in this way it have to adapt for attend all the diversity of students, above all the academics that have any disability. The professor is part of this inclusion's process, he is responsible for the knowledge transmission, thus developing the learning of the student. So, this study analyzed the perception of the teaching body of graduation in Accounting Science from University of Brasilia has about the inclusion of a student with visual impairment in graduation. For this, was necessary consulting bibliographies like scientific articles, norms that comes to inclusion. Thus, we developed a qualitative research of exploratory character. The sample used was the teaching body of course in the first semester in 2016, through application of a questionnaire printed way. From Professor's total, 74% participated in study, 6% abstained and 20% didn't deliver the questions in the time to analyze. In the results that was found, 65% from the professors didn't have any experience with student who have visual impairment, and just 35% already had. From the respondents who declared the experience with blind students, all allege that don't have knowledge enough to teach in inclusion room, in wich have students with and without visual impairment.

Keywords: Teaching perception. Inclusion. Visual impairment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de formação do professor segundo Vasconcelos (2000)	34
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais dispositivos sobre a inclusão	29
Quadro 2 – Grupos de Trabalho do PPNE	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade dos docentes	40
Tabela 2 –Experiência em docência	41
Tabela 3 –Contato com a deficiência	42
Tabela 4 –Atitude dos professores.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição do corpo docente do curso de Ciências Contábeis	38
Gráfico 2 – Gênero dos docentes.....	40
Gráfico 3 –Habilitações Profissionais	41
Gráfico 4 –Percepção de professores sobre inclusão que tiveram experiência com ensino de alunos DV	45
Gráfico 5 –Gosto para lecionar para alunos com deficiência visual	45
Gráfico 6 –Percepção dos professores em relação ao prejuízo na fluidez das aulas	46
Gráfico 7 –Percepção da relação aluno com e sem deficiência no desenvolvimento da capacidade profissional dos alunos com deficiência visual.....	46
Gráfico 8 –Aluno se sentir inferior pela sua deficiência	47
Gráfico 9 – Percepção da capacitação individual do docente	48

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APAES	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
DV	Deficiente visual
EAD	Educação a Distância
IBC	Instituto Benjamin Constant
IES	Instituição de Ensino Superior
PPD	Pessoa Portadora de Deficiência
PPNE	Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
PTE	Programa de Tutorial Especial
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização.....	16
1.2 Problema da pesquisa.....	19
1.3 Objetivos da pesquisa.....	20
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	20
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	20
1.4 Delineamento da pesquisa.....	20
1.5 Justificativa.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Breve contexto histórico da deficiência.....	23
2.1.1 <i>Breve contexto da deficiência visual</i>	25
2.1.2 <i>Conceitos acerca da deficiência visual</i>	26
2.2 Inclusão no Ensino Superior.....	28
2.2.1 <i>A Universidade de Brasília e a inclusão</i>	30
2.3 O professor e seu papel.....	33
2.3.1 <i>Formação do docente</i>	34
2.3.2 <i>O docente do curso de Ciências Contábeis</i>	35
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 Perfil da amostra.....	37
3.2 Coleta e análises dos dados	38
4 ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	40
5 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICE I – Questionário utilizado na pesquisa.....	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A demanda pelo conhecimento e crescimento profissional vem crescendo constantemente. O ingresso à universidade federal tem sido meta de muitos jovens por motivos variáveis, dentre eles, o fato da instituição poder proporcionar conhecimento qualitativo, uma visão de inserção no mercado de trabalho com maior reconhecimento, abonando o custo financeiro para o estudante.

A Universidade possui grande responsabilidade em meio à sociedade, pois através dela há o desenvolvimento científico do pensar e do saber do indivíduo, como também a formação de um profissional capacitado para exercer seu papel de agente colaborador na área de conhecimento escolhida. Para Raposo (2006), as universidades possuem grandes desafios no meio social, cultural e político, estes que se apresentam inconstantes, e nesse âmbito se deve questionar a respeito de uma educação inclusiva.

O Ensino Superior está gradualmente se adaptando as necessidades de todos os universitários, com isso torna-se mais acessível para aqueles que possuem deficiências. Conforme o artigo 27 do Decreto nº 3.298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, cabe às instituições de ensino superior fornecer para estes apoios necessários, em que o aluno portador da deficiência solicita adaptações de provas, como também tempo adicional na realização da prova, de acordo com a deficiência específica (BRASIL, 1999).

De acordo com o Instituto Benjamin Constant (2005),

considera-se Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) aquela que apresente, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

A inclusão de pessoas portadoras de deficiência é um processo, pelo qual se busca a igualdade de oportunidades para todos, tanto na área da educação, como tratando-se de um ser social (MITTLER, 2003).

Para Ainscow (1995), a inclusão refere-se a uma reformulação de aprendizagem, ou seja, uma transformação na educação de forma geral, trazendo ao aluno o suporte em suas atividades, e ainda assim, a cultura escolar é um fator determinante neste quesito, pois as ins-

tituições que possuem ensino caracterizado como rígido, tendem a possuir certa aversão a adaptações.

Visto que a inclusão é um objetivo de longo prazo, jovens que possuem algum tipo de deficiência encontram obstáculos durante a sua permanência nas instituições de ensino. Dentre eles, existem alguns que estão em busca de acessibilidade no ambiente em que se inserem, mas são recepcionados com a falta de estrutura física, não capacitação de docentes, como também o preconceito.

É importante a existência de um serviço que dê ao PPD suporte durante sua vida acadêmica, como o apoio de tutores em relação a atividades que sejam incapazes de realizarem individualmente; uma recepção por parte tanto do corpo docente como dos alunos; e também que ele tenha acesso ao material de ensino de acordo com sua deficiência, dentre outros (PIRES, 2007).

A metodologia de aprendizagem que o professor utiliza, pode ser ou não um fator aliado para lidar com a inclusão de deficientes. A forma de avaliação envolve interpretação, reflexão, informação e decisão, e assim tem como objetivo promover ou melhorar a formação do aluno (ABRANTES, 2001).

Assim sendo é possível perceber que o professor possui grande importância no meio em que leciona, sendo indivíduo com responsabilidade de transparecer conhecimento já adquirido para a capacitação de jovens com uma didática que alcance aos seus discentes.

De acordo com Souza e Miranda (2010), a proposta de inclusão do deficiente encontra dificuldade em sua concretização devido à ausência de capacitação profissional, barreiras arquitetônicas, pouca mudança no ambiente em que o estudante convive.

Conforme apresentado, a inclusão de deficientes nas universidades requer auxílio do governo, este que disponibiliza o acesso à educação, como também o professor é parte essencial e integrante desse processo de adaptação e desenvolvimento estudantil.

Em concordância com o descrito no artigo 26 na Declaração Universal dos Direitos do Homem, toda pessoa tem direito à educação, sendo assim, infere-se que independentemente de qualquer característica que diferencie o indivíduo em suas capacidades, este possui direito ao conhecimento, e ainda o mesmo artigo complementa que o acesso a instituições de Ensino Superior deve estar aberto a todos em plena igualdade.

A educação possui papel fundamental na vida de um indivíduo, esta que é uma construção que vem desde a infância, passando pelo ensino básico, fundamental, médio e, portanto, em busca de um curso em uma Universidade. De acordo com o artigo 2 da Lei de nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a educação, essa sendo

dever da família e do Estado, tem seu principal objetivo o desenvolvimento do educando, este sendo preparado para exercer seu papel de cidadão e adquirir sua qualificação profissional (BRASIL, 1996).

Portanto, a universidade possui o papel de completar, não no sentido de finalizar o processo de educação de um indivíduo, mas sim dar continuidade a um trabalho desenvolvido durante anos por docentes, para aperfeiçoar todo conhecimento já formado, mas dentro de uma área escolhida pelo estudante.

Segundo Costa (2012), é responsabilidade das universidades incluir alunos com deficiência, mas não tão somente isso, como também zelar pela permanência desses na instituição, fornecendo um acolhimento digno e assim, fazendo com que esses permaneçam no meio acadêmico.

Conforme apresentado a importância da universidade na vida pessoal e profissional do aluno com deficiência, a Universidade de Brasília possui grande responsabilidade com relação à inclusão, pois é sediada na capital do país e vista como referência em outras localidades.

A Universidade de Brasília, conta com 97 cursos presenciais de graduação, divididos nos quatro campi – Darcy Ribeiro, Planaltina, Gama e Ceilândia, com processos seletivos de vestibulares realizados no segundo semestre do ano, oferecendo 4.220 vagas. Outra maneira de ingresso é pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS), que ocorrem no final de cada série do ensino médio, sendo ofertadas 2.110 vagas, dentre outras.

De acordo com o sítio da universidade, as formas de concorrências são: ampla concorrência, também conhecido como Sistema Universal; o Sistema de Cotas para Escolas públicas, e o Sistema de Cotas para Negros. A universidade não possui nenhum sistema que englobe deficientes, porém a banca que realiza o processo seletivo fornece apoio de acordo com a necessidade do PPD.

Conforme apresentado, um deficiente possui grandes obstáculos antes mesmo de ingressar na universidade, visto fato que se não houver preparação para a adaptação de provas e suportes, já estará sendo prejudicado. Assim sendo, conforme Pacheco (2006),

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. Torna-se necessário a criação de comissões ou núcleos na própria instituição responsáveis pelo desenvolvimento de ações que propiciem a inclusão.

A percepção que o docente tem de seus alunos, faz com que ele possa selecionar os melhores recursos pedagógicos para a realização de seu trabalho a fim de que tenha êxito na proposta da ementa. Assim, este requer conhecimento para diferenciar os tipos de deficiência e a maneira de lidar com elas. De acordo com o Decreto nº 5.296/04, existem quatro classificações: física, auditiva, mental e visual. Dentre elas, a última será a tratada na presente pesquisa.

1.2 Problema da pesquisa

Em relação à descoberta de estudos na linha dessa pesquisa, encontra-se o estudo de Reis, Eufrázio e Bazon (2010), que tinha como objetivo central analisar a formação de professores universitários formados em Ciências Biológicas, no atendimento de pessoas com deficiência visual na Universidade. Os resultados apresentados mostraram que as dificuldades estão presentes tanto na formação do docente, quanto na postura que esse adota em sala.

Outro estudo refere-se a competências, os saberes e o impacto da capacitação dos professores das Salas de Recursos de alunos com Deficiência Visual, por Silveira (2010), em que um dos principais resultados observados, é em relação ao processo de ensino-aprendizagem, na percepção dos professores, não acontece de forma individualizada, mas sim com a integração com os colegas de sala.

Costa, Neves e Barone (2006) analisam o ensino de Física, por meio do conhecimento de um professor que leciona para deficientes visuais. Os docentes são questionados ao estar ensinando, e os resultados da pesquisa servem como embasamento para didáticas a serem desenvolvidas para aulas com alunos dessa deficiência.

Na área da contabilidade, Theis e Rausch (2012) identificam em suas pesquisas quais as possibilidades e desafios que a educação inclusiva tem, a partir da ferramenta EAD no curso de Ciências Contábeis em uma IES, e analisam que os docentes necessitam estar prontos para lidar e lecionar com as várias necessidades especiais.

E por fim, Carmo, Miranda e Biffi (2012) identificam a implementação que estão sendo realizadas pelas IES no curso de Ciências Contábeis, em São Paulo, frente à promoção da inclusão de estudantes com necessidades especiais. Assim, observaram não só apenas quais ferramentas pedagógicas estão sendo desenvolvidas, como também a acessibilidade a informação e a arquitetônica. E concluíram que há muitas barreiras que perpassam a inclusão, principalmente no curso pesquisado.

Dessa maneira, este estudo busca a responder a seguinte pergunta: **Qual é a percepção do corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília em relação à inclusão de um aluno com deficiência visual na graduação?**

1.3 Objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo dessa pesquisa é analisar a percepção que os professores do curso de graduação em Ciências Contábeis da UnB possuem com relação a inclusão um aluno com deficiência visual sob o enfoque didático, no primeiro semestre do ano de 2016.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) verificar as dificuldades que são obstáculos na vida acadêmica do deficiente visual;
- b) averiguar a acessibilidade à informação que a Universidade de Brasília e o Departamento de Ciências Contábeis possuem em relação a suportes na área de tecnologia, informação, e acolhimento para realização de atividades do aluno deficiente visual;
- c) analisar o processo de formação didática do professor no curso de Ciências Contábeis em relação à metodologia a ser aplicada para o deficiente visual.

1.4 Delineamento da pesquisa

Visando o desenvolvimento pessoal e profissional do estudante, a Universidade possui papel fundamental nesse processo, pois a partir da estrutura, do corpo docente, sistemas de aprendizagem e do suporte fornecido, depreende-se conquistar uma formação de qualidade. Com esse intuito, analisa-se a percepção que o principal intermediador (professor) entre o conhecimento e o aprendiz (aluno) possui sobre a inclusão de um portador de deficiência visual no curso de graduação em Ciências Contábeis na Universidade de Brasília.

O enfoque dado à pesquisa é a análise através da aplicação de questionários com o corpo docente do curso descrito, com o objetivo de averiguar a visão da parte em que, na maioria das vezes, não está preparada didaticamente para um novo olhar de ensinar.

Para isso, é realizada uma consulta na legislação e revisão de literatura, a respeito do conceito de deficiência visual, como também da educação inclusiva, para que haja o entendimento do estudo, principalmente por terem sido encontrados poucas pesquisas relacionadas na

área de contabilidade. Assim, o complemento dessa pesquisa se faz mediante a formação didática do professor para lidar com a diferença. E por fim há uma análise dos resultados apresentados na amostra, no caso sendo o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília.

Dessa maneira, para a realização do referencial teórico, tomou-se como base o estudo realizado por Reganhan (2006), em que este analisa a percepção dos professores do ensino regular, quanto aos recursos e estratégias, como também o projeto pedagógico a ser desenvolvido pelo docente com um aluno portador de deficiência. Como também, Carmo, Miranda e Biffi (2012), estes que em sua pesquisa, propuseram identificar as ações práticas que as instituições de Ensino Superior possuem frente a inclusão de um aluno com necessidades especiais, se destacando no presente estudo, os materiais didáticos e recursos pedagógicos.

1.5 Justificativa

A problematização da pesquisa se justifica pela importância de ter um conhecimento sobre a percepção do docente, a respeito de lidar com um aluno deficiente visual em sala de aula, analisando se há um preparo didático pedagógico já construído anteriormente, como também se o mesmo possui experiências nessa área da docência.

Para que o professor tenha conhecimento da maneira como lecionar a disciplina com o cego, é necessário que haja uma prévia capacitação, com a instrução de ferramentas que auxiliem tanto ao estudante, quanto o docente.

Com essa pesquisa, busca-se despertar a sociedade, a Universidade de Brasília, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais para um novo olhar a respeito de um profissional contador deficiente visual. Apesar de não possuir a visão física, utilizada pelos contadores para analisar gráficos, demonstrações financeiras, escriturações, o contador vai além do enxergar, é imprescindível que tenha em mente a visão de projeção de informações confiáveis para seus usuários em suas tomadas de decisão.

De acordo com Silva (2003, p. 3),

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e prever eventos futuros pode ser compreendido como fator predominante ao sucesso empresarial.

Assim, a pesquisa utilizada como base do escopo teórico deste trabalho, Reganhan (2006), foi realizado a partir de dois estudos. O primeiro em relação às mudanças nas práticas pedagógicas para o ensino do aluno deficiente; e o segundo relaciona-se a percepção da prática, as duas no ensino regular. Com a evolução do ingresso destes estudantes ao Ensino Superior, é importante analisar a percepção também dos docentes da universidade, ao qual são contribuintes da formação, neste momento, profissional do universitário. Como também Carmo, Miranda e Biffi (2012), que através de aplicação de questionários as IES aos docentes, concluíram que as instituições, especificamente, o curso de graduação em Ciências Contábeis, possuem limitações para a inclusão de alunos com deficiência, como destaque os professores não tinham formação para lidar com inclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve contexto histórico da deficiência

O processo de aceitação de uma pessoa deficiente na sociedade passou por vários momentos, em que foram constatados o preconceito, o maltrato e a exclusão. De acordo com alguns autores, que são estudiosos desse tema, como Miranda (2003), Mendes (1995), Sassaki (1997), na América do Norte e Europa, a inserção e a assistência a deficientes compreendem quatro fases, que evoluíram com o passar dos anos. Na primeira fase, essa descrita pelos autores como a pré-cristã, as pessoas com deficiência não possuíam qualquer atendimento, e a sociedade aceitava práticas desumanas, como maus tratos, exclusão e perseguição, e tudo isso decorria da não aceitação de suas anomalias. Ainda nessa etapa era descrito que o indivíduo que passava por todo esse constrangimento, era dependente de caridade.

De acordo com Silva (1987), na Antiguidade, como em Esparta, Atenas e Roma crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, eram mortas, abandonadas em rios, como também a sociedade da época permitia que elas fossem sacrificadas. E por fim, eram utilizadas em situações que eram humilhadas, sendo expostos em bordéis, tavernas, circos, sendo instrumento de comércio da nobreza.

Percebe-se que a capacidade do indivíduo na sua fase inicial da vida era não era incentivada, pois as crianças eram mortas antes mesmo de se desenvolverem, de trabalharem suas habilidades, por apenas se apresentarem com características físicas ditas anormais.

Mazzotta (2005, p.16) considerando a religião, onde se prega que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, os deficientes eram culpados de suas anomalias, visto fato de que Deus tinha característica perfeição, e a deficiência física ou mental não era compreendida nessa concepção. Segundo Pessotti (1984), era considerado castigo divino para pessoas que nasciam com deficiência.

Ao comparar o homem com o Deus perfeito, aqui se entende que este não possuía defeitos e imperfeições, e mostra se a face da maldade humana em considerar castigo de Deus o fato do deficiente se diferenciar dos demais.

Na segunda fase, o deficiente possuía apoio de instituições que favorecia a sua proteção, e este período ocorreu entre século XVIII e alguns anos do XIX. Não se compreende aqui um momento de total inclusão, mas o início da percepção de que pessoas com deficiência poderiam conviver em sociedade (MIRANDA, 2003; MENDES, 1995; SASSAKI, 1997).

A partir do final do século XIX até meados do XX, se inicia projetos em escolas públicas para lidar com o deficiente de uma maneira mais individualizada, onde o mesmo não possuía integração com uma sala de aula que fornecesse a inclusão, essa descrita como a terceira fase. (MIRANDA, 2003; MENDES, 1995; SASSAKI, 1997).

E por fim, a quarta fase é marcada pelo movimento de integração social, que ocorreu no fim do século XX, especificamente em 1970. Nesse período, houve a inclusão de deficientes no espaço da escola aglomerando então, com alunos ditos “normais”, e Sasaki (1997), destaca que na década de 80, surge um fortalecimento da integração, ao qual está ligada a busca dos direitos dessas pessoas. O autor afirma ainda que, esse processo de integrar um indivíduo portador de deficiência, tem um princípio unilateral, isto é não há uma adequação da sociedade para lidar com ele, mas sim o contrário, a adaptação surge apenas da parte menos favorecida.

A integração social do aluno com e sem deficiência é um grande avanço, pois proporciona ao deficiente viver em comunidade, se desenvolver e exercer seus direitos e deveres como qualquer pessoa, findando o pensamento de invalidez, preconceito, mas ainda nessa fase percebe-se que a minoria que se adapta e, não o contrário.

Em 1990, o meio internacional é marcado pela Declaração de Salamanca (1994), em que tratam de princípios, políticas e práticas nas necessidades especiais educativas, ao qual se reafirma o compromisso da Educação para todos, especialmente para crianças, jovens e adultos que possuem algum tipo de deficiência. (SALAMANCA, 1994). Para, Fernandes e Costa (2015), a partir dessa declaração, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular se tornou primordial.

Segundo Miranda (2003), no Brasil o processo de integração do indivíduo que possui a deficiência, ocorre até os anos 50 com a característica de descuido apresentada no mundo. Em 1954, surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), nesse período a deficiência mental era foco de academias de estudos, onde estes não possuíam uma educação que suprisse suas necessidades.

Na década de 60, a educação brasileira passa por um crescimento de escolas que detinham de ensino especial, e mediante isso em 1970, há um desenvolvimento para questões que tem como propósito a inserção do deficiente em meio à sociedade, e dessa maneira a Educação Especial é vista como algo necessário, portanto através da LDB 5.692/71 institui-se essa concepção (MIRANDA, 2003).

Já em 1988, no artigo 208, a Constituição Federal, determina que as escolas de ensinos regulares estejam vinculadas com a integração da pessoa que possui deficiência. E é na década

da de 90, que a institucionalização escolar se firma para o deficiente, visto que a LDB 9.394/96 traz como um de seus princípios, em seu artigo 3 a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Já em 1999, com o Decreto 3.298 em que dispõe da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em seu capítulo VII, na seção II, e artigo 24 onde é tratado sobre a educação, decreta que as IES deverão inserir no sistema educacional os PPD.

Com as leis e decretos a favor do deficiente, este é amparado legalmente para exercer seus direitos, com relação à educação, saúde, assistência social dentre outros, de maneira igualitária a todas as pessoas, sem diferenciação e exclusão.

2.1.1 Breve contexto da deficiência visual

De acordo com Schlindwein e Luciane (2008), ao se comparar os indivíduos que possuíam a deficiência visual, eles sofreram uma maior exclusão em relação a outros deficientes, e a cegueira era considerado com significado de morte e castigo.

No século XVI, o médico Girolónia Cardoso, procura de alguma maneira a adaptação para que haja leitura para os cegos por meio do tato. E assim alguns escritores, cegos começam a desenvolver escrituras sobre a educação para pessoas que possuem deficiência visual. (BRUNO & MOTA, 2001).

Para Belarmino (1996), em um primeiro momento eram feitas adaptações que possibilitassem a leitura para cegos, através de alfinetes perfurados em almofadas, letras de metal fundidas, pois a escrita ainda era um processo não desenvolvido.

Schlindwein e Luciane (2008) relatam que em 1784, foi criada a primeira instituição para deficientes visuais. Esta desenvolvida por Valentin Haüy, em Paris, chamada de Instituto Real dos Jovens Cegos, favorecia aos estudantes uma técnica de impressão, em um tipo especial de papel, em que se realçava e permitia que o texto representado tivesse uma maior elevação. Dessa maneira, em 1819, Louis Braille que era cego se matricula no instituto e desenvolve a escrita Braille, que proporciona a leitura e a escrita para o portador da deficiência.

Baptista (2000) define,

O Sistema Braille é um modelo de lógica, de simplicidade e de polivalência, que se tem adaptado a todas as línguas e a toda a espécie de grafias. Com a sua invenção, Luís Braille abriu aos cegos, de par em par, as portas da cultura, arrancando-os à cegueira mental em que viviam e rasgando-lhes horizontes novos na ordem social, moral e espiritual.

Já no Brasil, foi criada no Rio de Janeiro no ano de 1854, a fundação Imperial Instituto de Meninos Cegos. Esta sendo incentivada por José Álvares de Azevedo que estudou no Instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris, mas a iniciativa da criação foi do Imperador D. Pedro II (BUENO, 1999).

No país, este foi o marco principal, que faria com que o deficiente visual possuísse o direito à cidadania. Inaugurado no dia 17 de setembro de 1854, recebeu uma nova nomenclatura em homenagem a seu terceiro diretor, sendo assim chamado a partir de 1891, de Instituto Benjamin Constant (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2005).

O IBC é considerado um centro de referência no Brasil, pois conta com uma instituição de ensino que oferece curso de capacitação para pessoas que lidam com a deficiência visual; oferece serviços de consultas oftalmológicas para a população; como também, faz impressões de materiais em Braille.

Ao passar dos anos outros institutos foram criados para o atendimento de deficientes visuais, pois até 1926, o IBC foi o responsável pela educação destes. Neste mesmo ano, foi criado o Instituto São Rafael, localizado em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, e no ano seguinte inaugurou o Instituto Profissional para Cegos Padre Chico, na cidade de São Paulo (SCHLINDWEIN E LUCIANE, 2008).

2.1.2 Conceitos acerca da deficiência visual

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como deficiência qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. De acordo com o Decreto nº 6.949 em seu artigo 1, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência destaca que são aquelas pessoas que possuem algum tipo de impedimento, se tratando aqui de longo prazo, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial, demonstrando alguma dificuldade em participar na sociedade de maneira igual aos dos demais (BRASIL, 2009).

Segundo o Decreto nº 5.296/04, no Capítulo II, artigo 1 define a pessoa portadora de deficiência sendo aquela que tem incapacidade de realizar alguma atividade, classificando em quatro tipos:

a) deficiência física: sendo caracterizada por alteração completa ou parcial de uma ou mais partes do corpo humano, comprometendo assim, a função física;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, dentre outras.

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Laguna (2015) retrata que a visão é um sentido muito importante para o indivíduo, pois através dela o cérebro recebe e processa as informações, e a percepção dos conhecimentos que se adquire são adquiridos por meio desta. Ainda afirma que a pessoa com deficiência visual não possui qualquer comprometimento com sua capacidade de pensar, de se desenvolver intelectualmente.

A visão é um sentido fundamental para que o indivíduo possa assimilar as informações, por exemplo, em uma aula expositiva de Matemática, o aluno cego é prejudicado pela ausência visual de fórmulas, exemplos, mas mentalmente capta o estudo na sua forma de interpretar.

Para Vygotsky (1989), buscou em suas pesquisas compreender como a cegueira afeta tanto individualmente quanto socialmente uma pessoa, assim também analisar o efeito que a falta da visão pode trazer. De acordo com o autor, relaciona-se com a inovação de capacidades e desenvolvimentos que ela traz a pessoa cega, tratando assim a cegueira não somente como uma anomalia, mas uma força de criações, fazendo com o que se refaça a personalidade.

A deficiência possui a interpretação de um incentivo para superar as limitações, de maneira que o esforço realizado pelo indivíduo pode até ser maior, mas não é um inibidor para o desenvolvimento de percepções e aprendizados.

Segundo Camargo (2005), pessoas cegas são as que não possuem visão, como também tem somente a percepção da luz e necessita desenvolver seu aprendizado através de outras maneiras de se comunicar, como também pela técnica do Braille para a escrita e leitura.

Campos e Silveira (1998) afirmam que a deficiência visual se caracteriza quando uma pessoa não enxerga nada, ou ainda possui baixa visão, em que é vista apenas algumas formas e luzes.

2.2 Inclusão no Ensino Superior

Segundo Reganhan (2006), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi o principal marco legal para a inserção de pessoas com deficiência nas escolas, tornando se obrigatório o atendimento, como também o apoio a estes que sofreram e que sofrem tanta discriminação. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca no ano de 1994, confirmou com o compromisso de que todos têm direito a educação, com o enfoque integrador, incluindo os portadores de necessidades especiais (SALAMANCA, 1994).

Barbosa (2010) afirma que as leis, de maneira isolada, não garantem ao deficiente a educação integradora, para isso é necessário que haja uma mudança de concepções a respeito de paradigmas e padrões já estabelecidos, assim uma construção de novos ideais e respeito das diferenças, principalmente nas IES, onde há uma maior diversidade de pessoas.

Apesar da legislação amparar os deficientes, ainda se observa uma educação integradora com dificuldades de adaptação, então é importante que ocorra uma mudança de padrões que já existem, para que então possa se desenvolver um trabalho com excelência de inclusão.

Alguns são os dispositivos sobre a inclusão demonstrada no Quadro 1 a seguir, em ordem cronológica.

Quadro 1 – Principais dispositivos sobre a inclusão.

Constituição da República Federativa do Brasil em 1988	Trata em seu artigo nº 205 a “educação para todos” e no inciso I do artigo nº 206 igualdade de condições de acesso e permanência na escola.
Lei nº 7.853/89	Apoio aos PPD e integração social, e define como crime recusar, suspender, adiar a matrícula de um aluno por conta de sua deficiência, em qualquer nível de instituição.
Declaração de Salamanca em 1994	Princípios, políticas e práticas para pessoas com necessidades especiais.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96	Estabelece as bases e diretrizes da educação.
Decreto 3.298 em 1999	Regulamenta a Lei nº 7.853/89 e trata da Política Nacional para Integração de Pessoa com Deficiência.
Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica em 2001 (Resolução CNE/CEB nº 2/2001)	Em seu artigo nº 2, determina que devem matricular os alunos, cabendo a instituição se organizar para atender alunos com deficiência.
Plano Nacional de Educação em 2001, Lei nº 10.172/01	O avanço da década seria uma educação inclusiva, garantindo o atendimento à diversidade dos indivíduos.
Resolução CNE/CP Nº 1/2002	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e define que as IES devem prever no currículo de formação docente conhecimentos para lidar com a diversidade com alunos com deficiência.
Decreto nº 5.296/04	Regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 e estabelece normas e critérios, visando a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível).
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2006	Promovido pela Secretaria da Educação, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e UNESCO, com um de seus objetivos sendo desenvolver ações que para inclusão, acesso e permanência no ensino superior.
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE em 2007	Trata a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especial.
Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência em 2009	Aprovada pela ONU, onde se trata que os Estados devem assegurar uma Educação Inclusiva para todos os níveis de ensino.
Plano Nacional de Educação- PNE em 2014	De acordo com a Meta 4, universalizar o atendimento para estudantes entre 4 e 17 anos que possuam algum tipo de deficiência.
Lei nº 13.146/15	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: Elaboração própria

A inclusão de pessoas com necessidades especiais é respaldada na legislação, portanto não se trata de ter pena desses indivíduos, eles possuem as leis em seu favor (FERNANDES, 2012).

De acordo com Pacheco (2006), a inclusão pode ser entendida como a garantia que todos os indivíduos devem ter de uma sociedade que respeite e aceite as diferenças individuais de cada um, assim, observando se uma igualdade de oportunidades oferecidas. Dessa maneira a sociedade precisa se adaptar para lidar com as diferentes formas com que o indivíduo, que possui uma deficiência, possa vir a se portar, a pensar.

Para Sassaki (1997, p.47), é por meio da inclusão que os deficientes inseridos em sociedade, passam a assumir seus papéis mediante essa, desde que haja uma adaptação prévia. Mas a responsabilidade não se restringe somente a sociedade, mas também cabe ao indivíduo se desenvolver através dessa integração para então, tomar para si suas funções como cidadão.

Nesse sentido a Educação Inclusiva, têm um papel muito importante na trajetória do aluno que possui deficiência, pois tem como objetivo principal fazer com que esses sejam integrados e possam exercer sua função de cidadania e assim, buscar a garantia de seus direitos.

Tratando se de educação inclusiva é necessário atentar se para a inclusão social, meio pelo qual as pessoas que possuem deficiência passam por esse processo para participar ativamente do ambiente social. Assim, incluídos socialmente, deficientes terão oportunidade de inserção no meio educacional (KRAEMER, 2008).

No Ensino Superior, a educação especial se torna efetiva, quando a instituição de ensino promove o acesso, a permanência e a participação dos alunos, por meio de ações de planejamento, promovendo acessibilidade, tanto arquitetônica como de informação para os alunos, a prática pedagógica utilizada pelos docentes, e assim, serem desenvolvidas no ensino, na pesquisa e extensão (BRASIL, 2008).

Assim, as IESs possuem papel fundamental na educação inclusiva, pois por meio dela a capacitação para o docente lidar com a diferença, como também a formação, são as principais metas para que se tenha uma educação que inclua a todos (BRASIL/MEC/SEESP, 1998).

2.2.1 A Universidade de Brasília e a inclusão

A Universidade de Brasília carrega em seu nome grande responsabilidade, por desempenhar grandes desenvolvimentos no meio científico, e que são reconhecidos por ser uma instituição de ensino, sediada na capital do país. E em 22 de outubro do ano de 1999, criou-se

o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UnB (PPNE), que tem como objetivo estabelecer uma política de atendimento e fazer com que o deficiente seja integrado no ambiente acadêmico, tendo como meta formar cidadãos (DE SOUZA, SOARES E EVANGELISTA, 2003).

Através do Ato da Reitoria nº 1.068/99, este programa tem como incentivo promover aos portadores de necessidades especiais tanto no ingresso, como na pós-graduação e graduação, uma igualdade mediante as oportunidades que a universidade oferece para os alunos.

Souza, Soares e Evangelista (2003) por meio de sua pesquisa que tinha como objetivo central apresentar o histórico de mobilização da UnB frente a proporcionar aos PPDs integração no meio acadêmico, demonstrou que até a metade do ano de 2002, a universidade contava com 40 alunos portadores de deficiência, dentre eles 10 visuais.

Segundo estudos feitos por Raposo (2006), o PPNE auxilia o deficiente antes mesmo de estar matriculado na universidade. O programa originalmente era constituído de Grupos de Trabalho que desenvolviam suas funções para o melhor atendimento dos portadores de necessidades especiais, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Grupos de Trabalho do PPNE.

Grupo de Trabalho Centro de Seleção e Promoção de Eventos– CESPE	Responsável pelo suporte ao PNE na realização de vestibulares, concursos e PAS.
Grupos de Trabalho Decanato de Assuntos Comunitários	Auxilia o PNE no processo inicial de matrícula, como também promove à integração do mesmo a vida acadêmica.
Grupo de Trabalho Educação Especial	Responsável pelo suporte tecnológico e acadêmico para o PNE na universidade, como também apoiar professores, que possuem alunos com deficiência com cursos de BRAILLE e LIBRAS, e oferecer treinamento.
Grupo de Trabalho Decanato de Graduação	Atua como banco de dados dos PNEs, conhecendo os alunos que possuem deficiência e assessorando professores e alunos a adaptações.
Grupo de Trabalho Portador de Necessidades Especiais – Universitário	Primordial para o conhecimento das necessidades dos PNEs, pois estes são co-gestores deste grupo, participando de forma efetiva de reuniões e debates.
Grupo de Trabalho Prefeitura do Campus	Tem como responsabilidade principal promover acessibilidade dentro do campus para o PNE, em espaços físicos e condições de igualdade de aprendizado.
Grupo de Trabalho Assessoria de Comunicação Social	Divulga as ações do programa, dentro e fora da universidade.
Grupo de Trabalho Tecnologia	Responsável pelas plataformas, como também transporte adaptado para o PNE.
Grupo de Trabalho Psicologia	Desenvolve atividades de sensibilização com funcionários da UnB para lidar com PNE.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o coordenador do PPNE, o programa está passando por uma reestruturação, em que não há mais essa divisão de grupos de trabalho, mas sim de uma unidade gestora que desenvolve as mesmas funções destes. Conforme uma reunião realizada com a coordenação, ainda não há uma documentação dessa mudança de estrutura organizacional, está em processo.

A universidade conta ainda com um Laboratório de apoio ao deficiente visual – LDV, que de acordo com o coordenador do PPNE está em manutenção. O laboratório possui tutores que auxiliam no aprendizado da escrita Braille, como também na orientação da pessoa cega. O tutor é importantíssimo para o desenvolvimento e inclusão do PNE em sala de aula, e assim um crescimento pessoal para lidar com as diferenças (RAPOSO, 2006). O laboratório disponibiliza ferramentas que auxiliam o deficiente visual, como a digitalização de textos, uso de softwares *DOS-VOX*, *virtual Vision*, *Jaws* e *Motrix*.

Ainda viabilizando o auxílio ao deficiente visual UnB, por meio da Resolução CEPE nº 10/2007 foi criado o Programa Tutorial Especial (PTE), em seu artigo 1, parágrafo único, este que consiste no apoio a estudantes da UnB com necessidade educacional especial, realizado por um colega de classe do deficiente, de maneira que o professor da disciplina supervisiona, com o apoio do PPNE.

Um dos objetivos do PTE, conforme esta resolução no artigo 2, “subsidiar a Universidade na promoção da inclusão, em atividades acadêmicas, dos estudantes com necessidades educacionais especiais” (PPNE, 2007).

Conforme consulta informal com o ex-aluno da Universidade de Brasília, graduado no curso de Ciências Contábeis, portador de deficiência visual, o PTE foi muito importante para seu desenvolvimento nas disciplinas, onde um colega de sala o acompanhou durante o semestre, e o auxiliava nas dúvidas pertinentes, principalmente com relação a interpretação de gráficos, questões que eram resolvidas no quadro branco.

Ainda como auxílio que a UnB oferece ao aluno com deficiência visual, a Biblioteca Digital e Sonora, criada em 2008 pelo PPNE e pela Biblioteca Central, dispõe material como artigos, livros sonoros para que o cego possa ter acesso a esse acervo. Esta biblioteca é de uso restrito de deficientes visuais.

2.3 O professor e seu papel

Cada vez mais as instituições de Ensino Superior estão se deparando com a inserção de pessoas com deficiência na graduação, e dessa maneira a universidade necessita se preparar para acolher esses alunos (MARQUES, 2010).

Assim, Castanho e Freitas (2005) destacam que a IES, por sua diversidade precisa está direcionada a ter uma Educação Inclusiva, de modo que o professor merece destaque, pois é através da prática pedagógica que se ganha proporção para o melhor ensino.

Por meio da prática pedagógica o professor consegue preparar sua aula, para que assim a Educação Inclusiva ocorra, de maneira que os alunos que possuem alguma deficiência possam ter suporte.

Marques (2010) salienta que a Educação Especial é uma peça muito presente em âmbitos acadêmicos, tendo a formação do professor que leciona para deficientes, um fator que gera inquietações mediante a forma de ensinar.

Dessa maneira, é necessário que se tenha capacitação para os professores que lidam com alunos portadores de necessidades especiais em sua sala, assim “[...] uma estratégia para melhorar a formação de professores, uma vez que pode aumentar sua capacidade de enfrentar a complexidade, as incertezas e as injustiças na escola e na sociedade” (ZEICHNER apud PIMENTA, 2005, p. 30).

De acordo com Mendes (2004, p.227), para que se tenha uma inclusão escolar é necessário a implementação de políticas públicas, visando à formação e capacitação de professores, criando assim condições de trabalho.

A partir do momento que políticas públicas são criadas e implementadas em uma IES, o professor se torna capacitado, com condições de trabalhar com alunos com deficiência, e assim, possuem conhecimentos para desenvolver da melhor maneira o aprendizado do aluno.

De acordo com Reganhan (2001), o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiências tem como principais problemáticas a falta de formação de professores, como também escassez de recursos, em um estudo na cidade de Marília. Assim é necessário que tanto o professor tenha conhecimentos para lecionar, como também necessita de recursos que o auxiliem.

Aranha (1999), concluiu em seus estudos que os professores eram despreparados para trabalhar com alunos deficientes, pois não possuíam apoio técnico, recursos e materiais didáticos. Essa pesquisa foi realizada com docentes de Educação Infantil e Ensino Fundamental, onde os educadores exercem suas funções de responsabilidade com a aprendizagem e não são

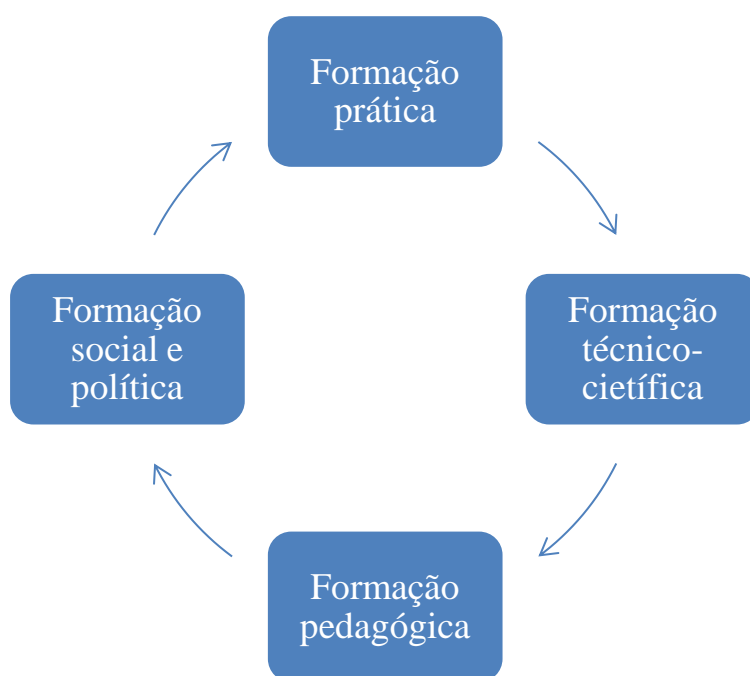
amparados. Através do respeito às diferenças, o professor precisa estabelecer a metodologia mais eficaz na construção do conhecimento de seu aluno, para isso é necessário recursos e estratégias adequadas (REGANHAN, 2001).

2.3.1 Formação do docente

Para Guerra (2003, p. 100) a concepção do papel que é exercido pelo docente em sala de aula, pode estar relacionada com a qualidade da formação dos professores. Assim, Vasconcelos (2000), afirma que é necessário que o professor exerça suas competências pedagógicas, técnicas, de maneira que tenha tido uma formação assegurada.

Assim o autor propõe um modelo de formação de professor, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Modelo de formação do professor de Vasconcelos (2000).



Fonte: Hernandes et al. (2006, p. 70) – Adaptado.

A formação prática relaciona-se com a prática que o professor possui a respeito do conteúdo, em que este desenvolve de maneira objetiva e clara para com os alunos. Vasconcelos (2000) afirma que a melhor estratégia que o docente pode aplicar é a amostra de exemplos, visando que a partir dessa técnica o discente compreenda o assunto, mostrando uma realidade mais próxima. Enfatiza ainda a importância da ligação entre a teoria e a prática, pois nesta há uma ponte que faz relação da academia com a comunidade.

Já a formação técnico-científica trata do conhecimento de teoria que o docente deve ter, para fundamentar novas teorias, e assim despertar o aluno para a pesquisa e conhecimento. Dominar a sua área de estudos e se manter atualizado é uma cobrança tanto do professor, como do aluno para com ele (VASCONCELOS, 2000).

Segundo pesquisa de Nossa (1999a, p. 19), relata-se a importância do conhecimento do professor pela formação pedagógica, pois assim o profissional está apropriado para assumir seu cargo com excelência. Com essa prática, o docente busca envolver os alunos em sua aula, incentivando a participação e colaboração intelectual no decorrer da construção do conteúdo.

E por fim, a formação social e política relacionam-se com a capacidade que o professor deve ter para lidar com as diferenças em sala de aula, conhecendo seu aluno e percebendo o meio em que ele vive. É necessário que o docente tenha concepção de outras áreas de conhecimento, como por exemplo, Filosofia e Sociologia, para dialogar com os alunos em outros aspectos. (ANDERE E DE ARAUJO, 2008).

Com essas formações, constitui-se um profissional completo. Assim, Andere e De Araújo (2008) relatam que se há uma restrição na prática pedagógica em cursos de pós-graduação, por exemplo, ao invés de se formar professores capacitados para entender o aluno em sua totalidade, investe-se em pesquisadores.

2.3.2 O docente do curso de Ciências Contábeis

De acordo com a Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 52, inciso II, diz que pelo menos um terço do corpo docente de uma IES, deve possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, portanto o professor de contabilidade está sempre buscando novos conhecimentos (BRASIL, 1996).

Em seus estudos, Nossa (1999a) afirma que a Contabilidade possui algumas problemáticas que permeiam por falta de preparação do corpo docente e escolha errada de metodologias para lecionar.

Andere e De Araújo (2008) tinham como objetivo em seu trabalho de pesquisa a formação de professores, na concepção dos coordenadores de Pós-Graduação e discentes que participavam desses programas. Em relação às áreas didático-pedagógicas e técnico-científicas, os resultados desmontaram que a prioridade de programas em IES, é para a formação de pesquisadores de contabilidade; e em segundo para a formação pedagógica, impulsionando a docência.

Segundo estudos realizados por Slomski (2008), este investigou as limitações frente a formação profissional para o magistério, as quais eram causados principalmente por, dentre outros a experiência em sala do docente com enfoque a prática pedagógica.

Por fim, Miranda (2010) afirma que estudos voltados para a área da docência ainda são carentes, mas que é importante expandir a necessidade da formação didático-pedagógica do professor universitário para então, uma melhor formação do educador.

Portanto, há uma necessidade de que na formação do docente da área contábil possuam, não somente o conteúdo a ser ministrado, mas também a concepção de aplicar uma metodologia que atenda a diversidade encontrada em uma sala de aula de uma universidade.

3 METODOLOGIA

Silva (2005) afirma que a realização de uma pesquisa é um processo por meio do qual se apresenta um problema, este que não possui dados para que seja resolvido, e para se alcançar o objetivo proposto é necessário um conjunto de ações e procedimentos.

Gil (1999, p.42) conceitua a pesquisa como “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Dessa maneira, se busca a partir do objetivo principal as respostas para o problema, utilizando-se procedimentos metodológicos para melhor detalhamento do estudo.

De acordo com a abordagem do problema, esta é classificada como qualitativa, pois tem como objetivo principal analisar a percepção que o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília possui sobre a inclusão de um aluno com deficiência visual, sob o enfoque didático pedagógico, no primeiro semestre do ano de 2016.

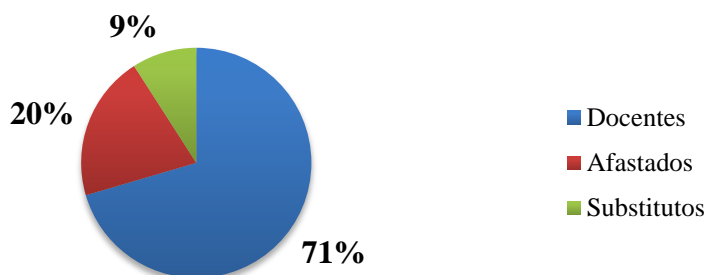
Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, considera-se esta como exploratória, visto que através da investigação com o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, procura-se perceber se os professores estão capacitados para incluir em sala de aula, um estudante com deficiência visual e também se os mesmos possuem experiências com o público alvo da pesquisa.

E por fim, o procedimento utilizado na pesquisa pode ser classificado como levantamento, pois o estudo envolve a aplicação de questionário realizada diretamente com o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da UnB, visando conhecer o comportamento dos professores em meio a um aluno incluso com deficiência visual na graduação, sob as concepções de inclusão, atitudes e capacitação destes.

3.1 Perfil da amostra

Segundo Pereira (2008), a população é o aglomerado de indivíduos, ao qual se pretende analisar seu comportamento, sendo que estes possuem características em comum. Nesse estudo, a população escolhida para análise se compõe pelo corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília e que, de acordo com o sítio do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA), é composto por 41 professores. Desse total, não se inclui na pesquisa a orientadora da pesquisadora, assim restando 40, conforme apresentado no Gráfico 1, a composição da amostra do estudo.

Gráfico 1- Composição do corpo docente do curso de Ciências Contábeis.



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 1, a partir da população estabelecida para a pesquisa, 20% estão afastados por motivos de capacitação, como também motivos pessoais, fazendo com o que fosse necessário a contratação de substitutos para lecionar, no caso foram 4, representando 9% da população total.

Em relação ao preenchimento do questionário, do total da população que não estavam afastados, no caso trinta e um docentes, somando-se quatro substitutos, cerca de 74% participaram da pesquisa, 6% se abstiveram de responder, e 20% não responderam a tempo para realização das análises.

3.2 Coleta e análises dos dados

A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário, ao qual foi aplicado ao corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília no primeiro semestre do ano letivo de 2016, antes ou após as aulas, como também em suas salas. Parasuraman (1991) afirma que por meio de um questionário, é gerado dados para que se alcance o objetivo de uma pesquisa. Portanto, por meio dos dados coletados pelo questionário aplicado com os professores, pretende-se analisar a percepção deles em relação a inclusão de um deficiente visual na graduação.

O questionário utilizado na pesquisa foi adaptado de questionários de estudos realizados por Leitão (2011) e Souza (2010). O primeiro buscou em sua pesquisa a atitude dos professores frente à inclusão de alunos com deficiência, já o segundo analisou a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física no ensino regular. Esse foi organizado em cinco tópicos. O primeiro trata do perfil do docente respondente, onde se coleta o gênero, a idade, as habilitações e a experiência docente.

O segundo procura analisar o contato que o professor já teve com a deficiência visual, tanto na infância, juventude, como na sua formação e no ensino. O terceiro se relaciona com as concepções sobre a inclusão do aluno com deficiência na sala de aula. O quarto questiona sobre as atitudes dos professores, em relação à metodologia e recursos. E por fim, o quinto tópico versa sobre a capacitação profissional em lecionar para deficientes visuais.

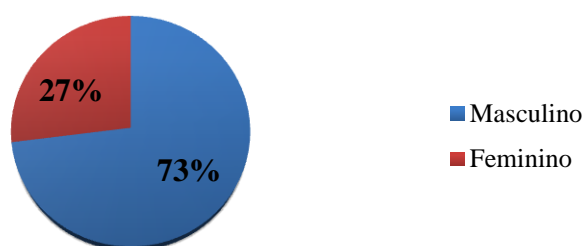
Com o fim de alcançar os objetivos específicos, consultou-se um ex-aluno com deficiência visual formado pela Universidade de Brasília no curso de graduação em Ciências Contábeis, para verificar quais as principais dificuldades que são obstáculos na vida acadêmica de um cego, como também o coordenador do PPNE, e como a UnB apoia esse público.

A partir dos dados coletados, foi possível alcançar o objetivo geral da pesquisa, em que pode se analisar a percepção que o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, no primeiro semestre do ano letivo de 2016, possui em relação à inclusão de um aluno com deficiência visual na graduação.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Visando conhecer o perfil dos docentes respondentes da pesquisa, solicitou-se a informação a respeito do gênero, conforme Gráfico 2. De acordo com os resultados, 73% do corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis participantes do estudo são do sexo masculino, e 27% do sexo feminino.

Gráfico 2 – Gênero dos docentes.



Fonte: Elaboração própria.

Referente à faixa etária dos docentes, foi estipulado períodos para que assim, houvesse sigilo nas informações pessoais, conforme o Tabela 1. Observa-se que a faixa etária do corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília predomina no intervalo entre 41 a 50 anos, representando 38% do total de respondentes. Logo em seguida, apresenta-se com 31%, docentes com idade entre os 30 a 40 anos; com 27%, estão os professores com mais de 50 anos de idade, tratando-se de educadores que estão lecionando há mais tempo no departamento. E por fim, com apenas 4% do total, encontra-se professores mais jovens, com idade menor que 30 anos.

Tabela 1 – Idade dos docentes.

Idade	Nº de professores	%
Menos de 30 anos	1	4
Entre 30 a 40 anos	8	31
Entre 41 e 50 anos	10	38
Mais de 50 anos	7	27
Total	26	100%

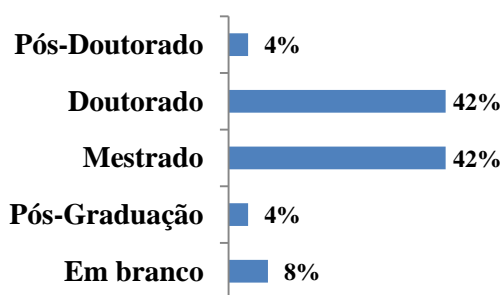
Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o artigo 52 da Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no inciso II, afirma-se que pelo menos um terço do corpo docente de uma universidade, deve possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado (BRASIL, 1996).

O corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis participante da pesquisa demonstra que 42% possui titulação de Mestre, igualmente ao percentual dos que possuem título de Doutor. Considerando o artigo retratado acima, a UnB está em conformidade, pois tem a habilitação necessária para lecionar em sala de aula.

Ainda em relação às habilitações profissionais, 4% relataram ter Pós-Graduação, como também o Pós-Doutorado há a mesma representação, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Habilitações Profissionais.



Fonte: Elaboração Própria.

Com relação à experiência em docência, ou seja, o tempo aproximado que os docentes lecionam, de acordo com os dados fornecidos, o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis pode ser considerado experiente, pois aproximadamente 70% relataram ter mais de 10 anos que atuam em sala de aula. Com o mesmo percentual, de 15%, professores apresentaram experiência em docência de período inferior a 5 anos, e entre 5 a 10 anos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Experiência em docência.

Experiência	Nº de professores	%
Menos de 5 anos	4	15
5 a 10 anos	4	15
Mais de 10 anos	18	69
Total	26	100

Fonte: Elaboração própria.

Após a coleta do perfil dos docentes, inicia-se o questionário em relação ao contato com a deficiência visual que o professor apresenta. A questão 5, trata-se se na infância ou juventude o respondente teve contato com alguma pessoa que apresentasse deficiência visual.

De acordo com a Tabela 3, 54% dos professores afirmaram que não tiveram contato com alguma pessoa que possuía a deficiência visual. Durante a aplicação do questionário, alguns professores indagaram a pesquisadora que tipo de contato ela estava se referindo. Este

contato não necessariamente parte de um convívio com a pessoa deficiente, mas sim, a partir de um auxílio, uma conversa informal. Os 46% restante do corpo docente afirmou que já tiveram o contato.

Segundo o Censo Demográfico do ano de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no Brasil, há 45,6 milhões de pessoas que possuem alguma deficiência, correspondendo a 23,91% da população brasileira. Para este censo foram classificados quatro tipos de deficiências: visual, auditiva, motora e mental/intelectual. Dentre as declarações de pessoas que possuíam as deficiências, a visual foi a que se apresentou em maior número.

A questão 6 trata se o docente na formação inicial teve alguma disciplina que o levasse ao contato com pessoas com a deficiência visual. De acordo com os resultados, 81% afirmaram que não tiveram esse contato na sua formação inicial, e 19% confirmaram que sim, conforme o Tabela 3.

Em relação à questão 7, indagou-se ao docente a respeito da sua experiência frente ao ensino para alunos com deficiência visual. A maioria dos professores não lecionou para alunos com a deficiência tratada, correspondente a 65% (conforme Tabela 3). Esse percentual já era esperado, visto que de acordo com dados fornecidos pelo PPNE, apenas um aluno cego ingressou e formou no curso de Ciências Contábeis, considerando aqui apenas experiência docente no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília.

Tabela 3 – Contato com a deficiência.

Resposta	Questão 5	Questão 6	Questão 7
Sim	46%	19%	35%
Não	54%	81%	65%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Após o bloco de questões (5 a 7), que tratavam a respeito do contato com a deficiência, o questionário apresentava duas condições:

- 1) Os professores que responderam NÃO à questão 7, mas já tiveram alguma experiência de docência para alunos com outras deficiências poderiam citá-las e prosseguir o questionário;
- 2) Já os professores que responderam SIM à questão 7, deveriam responder as questões de 8 a 15, referentes a percepção de inclusão de alunos com deficiência em sala de aula, a partir de sua experiência afirmada na questão 7.

Com relação à primeira condição, conforme apresentado na Tabela 3, 65% não tiveram experiências no ensino para alunos com deficiência visual, mas alguns professores descreveram a prática docente para outros tipos de deficiência: físicas, citadas como os cadeirantes, e alunos com dislexia. Esta última é considerada como um distúrbio de aprendizagem. Segundo a Associação Brasileira de Dislexia “a dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração”.

Já em relação à segunda condição, conforme apresentado na Tabela 3, 35% dos docentes afirmaram ter tido experiências no ensino para alunos com deficiência visual, portanto responderam ao bloco de questões de 8 a 15 de acordo suas experiências (Gráfico 4).

A questão 8 teve como objetivo verificar se o docente tem conhecimentos suficientes para ensinar, em uma mesma sala, para alunos com e sem deficiência. A partir da análise das respostas, todos os docentes (conforme Gráfico 4) classificaram que não possuem conhecimentos suficientes para lecionar em uma sala com a inclusão de portadores de deficiência. Pode-se inferir que os professores não tenham conhecimentos a respeito de metodologias a serem aplicadas para incluir o deficiente em sala de aula, portanto o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, assim como a UnB, devem se atentar para este ponto, pois a falta de conhecimento para a integração em uma sala inclusiva prejudica a formação do aluno. Outro ponto importante, é o receio da mudança de metodologia já aplicada há vários anos de experiência em sala.

A questão 9 trata se a inclusão de alunos com deficiência visual, na disciplina que o professor leciona, é um contribuinte importante para a socialização e desenvolvimento desses alunos. Dos respondentes, 89% afirmaram que sim, que a inclusão auxilia na socialização de alunos que possuem a deficiência visual, enquanto 11% disseram que não contribui (conforme Gráfico 4).

A questão 10 analisa se a inclusão de alunos com deficiência visual traduz exigências e esforços adicionais para os alunos. Conforme o Gráfico 4, 89% dos docentes consideraram que a inclusão de deficientes visuais em sala de aula traz ao restante da turma um esforço adicional, e 11% não consideram como exigência para os outros alunos.

Com o intuito de averiguar se o docente é capaz de ajustar as práticas que utiliza, no contexto da aula, a fim de dar resposta as necessidades do aluno com deficiência visual, a questão 11 demonstrou que 78% dos professores afirmaram que são capazes, promovendo uma melhoria assim no entendimento do ensino desse aluno, enquanto 12% declararam não.

A partir do momento que o educador está disposto a lidar com a diferença, este pode contar com o aluno para o auxílio de averiguar as melhores maneiras que o cego pode compreender a disciplina. Em uma conversa informal com um ex-aluno cego do curso de Ciências Contábeis, formado no ano de 2006, este afirmou que os professores o auxiliaram, visto que ele solicitou que por exemplo, se um exercício fosse ser resolvido no quadro branco, que o docente pronunciasse os valores, de onde estes eram retirados, para que na imaginação do aluno ele pudesse entender os resultados.

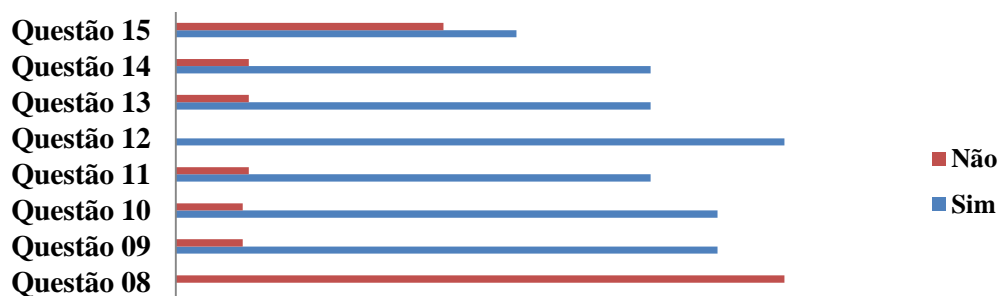
Na questão 12, foi analisado se a inclusão de um aluno com deficiência visual é um incentivo na construção de relações de colaboração, solidariedade e ajuda mútua entre os alunos, na percepção dos professores. Todos os respondentes concordaram com esta afirmativa. Assim, pode se inferir que a inclusão parte também dos colegas de classe, visto que com o apoio, colaboração e ajuda mútua, o deficiente percebe que possui um suporte, fortalecendo e desenvolvendo suas relações pessoais na universidade (Gráfico 4).

Analizando se a inclusão de um aluno com deficiência visual nas atividades curriculares torna a planificação e preparação das aulas mais difícil e complexa, 78% (conforme Gráfico 4) dos docentes afirmaram que há uma maior complexidade nesse processo que antecede as aulas. Considerando que a didática mais utilizada pelos professores seja ministrar aulas por meio de apresentação em PowerPoint, com a necessidade da visão para o acompanhamento do roteiro preparado, o aluno com deficiência visual se encontra deslocado, contando apenas com a audição para entender o conteúdo proposto (questão 13).

Há um questionamento em relação se a inclusão do deficiente visual exigiria uma atenção especial e individualizada do professor, tomando muito do seu tempo. Dentre os respondentes, 78% (Gráfico 4) relataram que sim, enquanto 12% responderam não a afirmativa. Pode se pensar que o receio de lecionar para alunos com deficiência, parte do pressuposto de prejudicar o restante da turma, visto que se um outro aluno, por exemplo, possui uma dificuldade na disciplina, este também pode tomar um tempo maior que o esperado da atenção do professor.

E finalizando este bloco de questões, verifica se o docente pretende participar no futuro de ações de formação para se sentirem mais capazes de ensinar para alunos com e sem deficiência. Assim, 56% dos respondentes pretendem se profissionalizar, enquanto 44% (Gráfico 4) não possuem o interesse (questão 15). A todo momento os professores estão em busca de conhecimento, mas pode se perceber que a possibilidade de lecionar para um PPD apresenta um receio.

Gráfico 4 – Percepção de professores sobre inclusão que tiveram experiência com ensino de alunos DV.

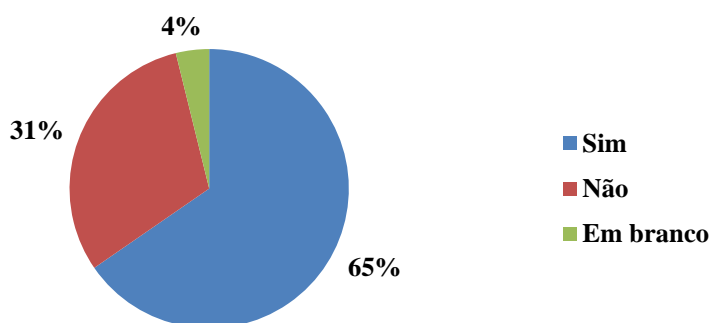


Fonte: Elaboração própria.

O bloco de questões (16 a 19) buscou compreender a percepção dos docentes (já considerando aqui aqueles que não tiveram experiências com o ensino para alunos com deficiência visual) a respeito da inclusão.

Com o intuito de analisar se o docente gosta ou gostaria de trabalhar com alunos deficientes visuais incluídos em sala de aula (questão 16), 65% dos respondentes afirmaram o questionamento; 31% não gostariam de ter essa experiência e 4% deixaram em branco.

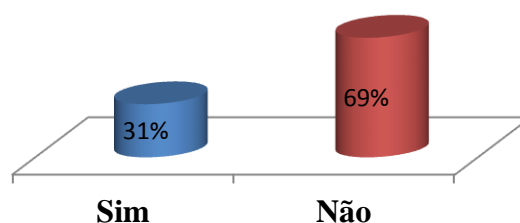
Gráfico 5 – Gosto para lecionar para alunos com deficiência visual.



Fonte: Elaboração própria.

Na questão 17 foi abordado se a atenção extra requerida pelos alunos deficientes visuais podem prejudicar a fluidez das aulas de disciplinas do curso de graduação em Ciências Contábeis da UnB e o desenvolvimento dos demais alunos, e 69% dos docentes disseram que não, enquanto 31% concordaram com a afirmativa, conforme o Gráfico 6.

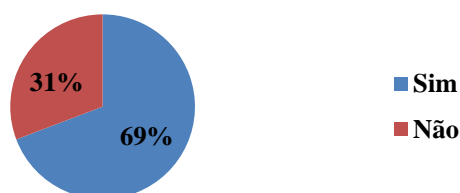
Gráfico 6 – Percepção dos professores em relação ao prejuízo na fluidez das aulas.



Fonte: Elaboração própria.

Considerando alunos com deficiência visual incluídos em disciplinas oferecidas pelo departamento, foi questionado se em função da relação destes com alunos sem deficiência, se os cegos desenvolvem melhor suas capacidades profissionais (questão 18), 69% dos professores acreditam sim, que há um melhor desenvolvimento; enquanto 31% não concordam. A troca de experiências profissionais entre alunos sem e com deficiência, pode ser considerado um facilitador para que aluno que não possui a visão possa enxergar um outro lado da profissão e assim, desenvolver suas perspectivas profissionais (Gráfico 7).

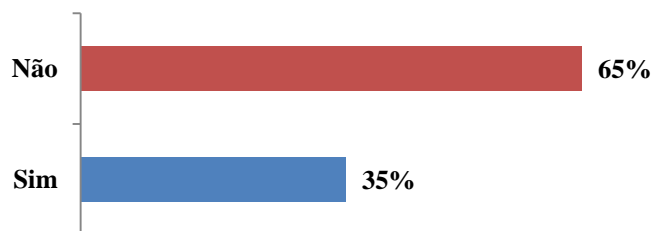
Gráfico 7 – Percepção da relação aluno com e sem deficiência no desenvolvimento da capacidade profissional dos alunos com deficiência visual.



Fonte: Elaboração própria.

Finalizando o bloco de questões referente a concepção da inclusão, questionou se ao docente: “Em função da deficiência, o aluno pode se sentir inferior aos demais e não desenvolver de maneira condizente as aulas quando incluídos em turmas regulares? “. Dos respondentes, 65% afirmaram que não há relação entre a deficiência e o discente se sentir inferior em sala de aula, a respeito do conteúdo e dos conhecimentos adquiridos. Enquanto 35% afirmaram que sim, que o aluno com deficiência visual pode se sentir inferiorizado em relação aos outros alunos, e não desenvolver suas capacidades (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Aluno se sentir inferior pela sua deficiência.



Fonte: Elaboração Própria.

O penúltimo bloco do questionário refere-se a atitude dos professores com relação a inclusão do aluno com deficiência visual. A questão 20 trata se o docente considera a metodologia utilizada em sala de aula pelo mesmo, apropriada para os estudantes com deficiência visual. Com grande maioria, 85% afirmaram que não; 11% consideram que sim e por fim 4% deixaram em branco o questionamento, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Atitude dos professores.

Resposta	Questão 20	Questão 21
Sim	11%	12%
Não	85%	88%
Em branco	4%	0
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

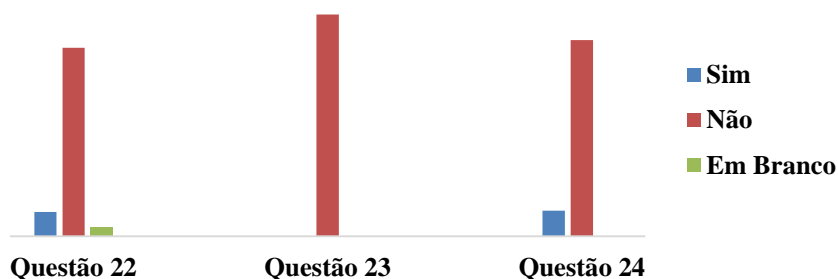
A questão 21 trata se o docente já investiu recursos próprios para sua atuação no processo de inclusão de alunos com deficiência, considerando cursos de extensão, orientações de como lidar com a diferença em sala de aula. É importante, visto que a universidade já oferece o apoio institucional, que o professor busque novas ferramentas para desenvolver em sala de aula com o aluno portador da deficiência. Dentre os respondentes, 88% não buscaram recursos fora da universidade, para melhor desenvolver o processo de inclusão, enquanto 12% já investiram recursos na sua profissionalização. Observa-se que ainda há uma deficiência na profissionalização de professores em busca de cursos e orientações para lidar a diferença, através de novas ferramentas de aprendizado (Tabela 4).

O último bloco do questionário refere-se à capacitação dos professores mediante a inclusão de um aluno cego em sala de aula. Na questão 22, é tratado se o respondente considera o corpo docente do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais têm capacitação mínima para dar aulas para alunos com deficiência visual. Conforme apresentado no Gráfico 9, a grande maioria (85%) dos docentes afirmou que o departamento não possui essa capacita-

ção, enquanto 11% responderam que sim e 4% deixaram em branco. De acordo com a coordenação do curso, a capacitação que é fornecida refere-se à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), já para o Braille, escrita utilizada pelos deficientes visuais, não há curso de formação, como nenhuma orientação.

E por fim, as duas últimas questões (23 e 24), questionam a respeito da capacitação individual, sendo a primeira se em algum momento foi oferecido um curso de capacitação para o atendimento de alunos cegos, e a última se o docente se considera capacitado para atender alunos DV. Todos os professores alegaram não ter recebido cursos de capacitação, e a grande maioria corresponde a 88% (Gráfico 9), afirmaram que não se consideram capacitados para atender alunos com deficiência visual. Considera-se que o departamento juntamente com o PPNE poderia promover cursos com o objetivo de habilitar o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis para lecionar para alunos cegos, visando uma melhor aprendizagem por parte dos alunos que são prejudicados pela falta de preparo, como também conhecimento para o professor de recursos e estratégias para que não impeça o DV de ingressar e permanecer na universidade.

Gráfico 9 – Percepção da capacitação individual do docente.



Fonte: Elaboração própria.

Analisando o papel fundamental que o docente tem na vida acadêmica do aluno, pode-se inferir que este, quando lecionar para um estudante DV, procure, se necessário, novas ferramentas de ensino para que não haja prejuízo na aprendizagem, como também o cego identifique ao professor quais suas maiores dificuldades, e assim haverá comunicação entre as partes em que são recíprocas de auxílio.

O receio da mudança de planejamento pedagógico transcorre no fato de que, parte dos docentes do curso de graduação em Ciências Contábeis lecionam há muitos anos no departamento, e salvo aqueles que deram aula para o ex-aluno cego do curso, o restante não tiveram

contato na Universidade de Brasília, portanto não se consideram capacitados para trabalhar com a diferença.

O apoio que a universidade oferece ao professor também faz diferença na inclusão de pessoas portadoras de deficiência. Em conversas informais com os professores após a aplicação dos questionários, alguns relataram que não há capacitação para lecionar para alunos com deficiência. De acordo com dados do PPNE, atualmente, dois estudantes do curso de graduação em Ciências Contábeis estão cadastrados no programa, um com deficiência auditiva e outro com deficiência múltipla (auditiva e física). Portanto, a capacitação deve abranger as deficiências variadas, para que os professores tenham conhecimentos para lidar com a diferença em sala de aula.

Outro ponto a se destacar é a questão da importância que o professor possui dentro de sala de aula, como líder. É necessário que o docente encontre estratégias de ensino que englobe todos os alunos, incluindo o que possuem deficiência, para que desenvolva e possa potencializar o ensino-aprendizagem que é proposto.

A inclusão ainda é um processo que demanda tanto da Universidade, tanto do professor uma abertura para novas práticas pedagógicas a serem aplicadas nessas situações em que um aluno com deficiência visual ingressa na academia. Mesmo com programas que incluem o DV fazendo com que este se sinta integrado, ainda há uma resistência por parte do corpo docente de se trabalhar alunos incluídos, tomando por base a mudança de rotina já trabalhada a anos.

5 CONCLUSÃO

As universidades estão passando por grandes mudanças atualmente, pois a demanda pelo conhecimento e crescimento profissional têm sido meta de muitos estudantes. A IES tem se adaptado para que os universitários possam obter melhores condições de ensino, e dessa maneira terem uma formação com êxito. Neste cenário de adaptação, é importante ressaltar a inclusão de pessoas que possuem deficiência, tornando o ambiente acadêmico propício para que esses alunos tenham igualdade de oportunidades e permaneçam na graduação.

Considerando a universidade com papel fundamental na graduação de um aluno com deficiência, este estudo teve como objetivo analisar a percepção do corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília a respeito da inclusão de um aluno com deficiência visual na graduação, sob o enfoque didático-pedagógico, no primeiro semestre letivo do ano de 2016.

Para se alcançar os objetivos dessa pesquisa, foi utilizado um questionário adaptado dos estudos feitos por Leitão (2011) e Souza (2010), aplicado com os professores que se encontram na Universidade de Brasília e que estavam dispostos a participar e contribuir para o intuito do trabalho. Do corpo docente total do curso de graduação em Ciências Contábeis, obteve-se que 74% participaram da pesquisa, 6% se abstiveram de responder, e 20% não responderam a tempo para realização das análises.

Conforme os resultados que foram apresentados, o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília que não possui experiência de docência para alunos DV, representa 65% da amostra, enquanto apenas 35% obtiveram. Desses que não tiveram experiência, apresentaram outras deficiências, como discentes com deficiência física e dislexia.

Com relação aos professores que já ministraram aulas para estudantes com deficiência visual, todos os respondentes afirmaram que não possuem conhecimentos suficientes para dar aulas para alunos sem e com deficiência, e ainda consideram (89%) que a inclusão desses alunos, traduz exigências e esforços adicionais para o resto da classe.

Referindo-se a planificação e preparação das aulas, 78% dos docentes afirmaram que com a inclusão de um aluno DV em sala, esta tarefa se torna mais difícil e complexa, considerando ainda que os respondentes relataram que esse discente, exigiria uma atenção especial e individualizada do professor, tomando muito do seu tempo, correspondendo 78% dos participantes da pesquisa, e ainda que essa atenção extra requerida poderia prejudicar a fluidez das aulas de disciplinas do curso de graduação em Ciências Contábeis, representando 69%.

Com o intuito de analisar o gosto para lecionar para alunos com deficiência visual, 65% dos professores responderam que gostariam de ter essa experiência, enquanto 31% não gostariam e 4% deixou o questionamento em branco.

Foi questionado também se por conta da deficiência visual, se o aluno poderia se sentir inferiorizado em relação ao restante da turma, e não desenvolver de maneira condizente as aulas quando incluídos em turma regulares, do total de respondentes, 65% relataram que não há relação entre a deficiência e o discente se sentir inferior a respeito do conteúdo e dos conhecimentos adquiridos.

Analisando a metodologia que o docente utiliza em sala de aula, 85% afirmaram que esta não é apropriada para alunos com deficiência visual, e como também, 88% dos professores não buscaram cursos fora da universidade, para melhor desenvolver o processo de inclusão desses discentes.

E por fim, no que se refere à capacitação dos docentes, estes afirmaram (85%) que o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais como um todo, não têm capacitação mínima para dar aulas para alunos DV, como também, em relação ao fornecimento de cursos de capacitação para lecionar para estes alunos, todos os docentes afirmaram que não receberam treinamento, e 88% não se consideram capacitados para atender discentes cegos em sala de aula.

Foram encontradas algumas limitações para realização desse estudo, a primeira foi que alguns professores não entregaram o questionário a tempo da realização das análises, fazendo com que houvesse uma diminuição da amostra. E a segunda, conforme dados fornecidos pelo PPNE, cinco alunos com deficiência são graduados no curso de Ciências Contábeis na UnB, sendo eles, um com deficiência auditiva, três com deficiência física e um com deficiência visual. Ou seja, ainda apresenta-se um número pequeno de estudantes cegos que passaram pelo curso, mas é importante analisar como a universidade apoiou este, como também outros deficientes.

Mas, apesar desses fatores limitadores, a pesquisa se desenvolveu normalmente com o intuito de alcançar o objetivo determinado.

É necessário que a UnB tenha a preocupação de informar ao professor, anteriormente ao início do semestre letivo a presença de um portador de necessidade especial matriculado na disciplina que leciona, assim o docente não será abordado pela falta de informação, fazendo com o que mesmo tenha um diálogo com o aluno com deficiência para entender suas limitações.

O diálogo entre Universidade, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e docente é imprescindível para que o aluno seja integrado em sala de aula, apresentando ferra-

mentas adequadas para o processo de ensino-aprendizagem do estudante ocorrer, sem que a não capacitação e falta de acesso ao conteúdo prejudique-o, comparando-se com os demais colegas de classe.

A inclusão ainda está em processo, pois apesar de pessoas portadoras de deficiência estarem amparadas por legislação, ainda há delimitação no que concerne à Educação Inclusiva na universidade.

Assim, é necessário que a universidade continue visando essa promoção de inclusão e integração do deficiente, para que o mesmo possa se graduar e buscar sua profissão no mercado de trabalho e dessa maneira, desenvolver os conhecimentos adquiridos durante todo o curso.

Em conversa informal com o ex-aluno cego graduado em Ciências Contábeis da UnB, este relatou que recebeu o apoio tanto dos professores, como da universidade em sua graduação. Assim, pode se inferir que mesmo em meio às limitações acarretadas pela deficiência que o aluno possuía, os docentes foram peça fundamental na sua formação, buscando sempre analisar se o aluno estava com problemas frente à disciplina e auxiliando para a resolução dos mesmos.

Um dos principais receios que pode se encontrar com relação ao processo de inclusão na graduação é o docente não se sentir capacitado para lecionar para discentes que portem a deficiência visual, mas este aluno com o apoio de tutoria, ferramentas de leitores de textos instalados em computadores, e a participação do próprio docente, apoiado pela universidade, possui capacidade de desenvolver seu aprendizado e seu conhecimento da mesma maneira que um aluno dito normal, fazendo algumas adaptações que serviriam de auxílio.

Portanto, é pertinente que a universidade promova a conscientização de alunos, professores, comunidade em geral em relação à inclusão de pessoas que possuem deficiência, para que estes não sejam abordados com discriminação, falta de capacitação do corpo docente, e falta de acessibilidade, durante sua trajetória acadêmica.

Por fim, como o curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, ainda possui poucos alunos com deficiência visual, mas apresenta outros discentes com diferentes deficiências, como sugestão de pesquisa seria analisar a percepção dos professores visando à inclusão desses, e estudos que incentivem o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais desenvolver cursos de capacitação, considerando que mais alunos com necessidades especiais podem ingressar no curso, e não terem sido tomadas iniciativas que os auxiliem durante a graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, P. **Reorganização curricular do ensino básico**: Princípios, medidas e implicações. Lisboa: ME-DEB, 2001.

AINSCOW, Mel. **Educação para todos**: torná-la uma realidade. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Educação Especial, Birmingham, Inglaterra, Abril de 1995. Disponível em <<http://www.dgdc.minedu.pt/revista/revista5/Mel%20Ainscow.htm>>. Acesso em 22.02.2016.

ANDERE, Maira Assaf; DE ARAUJO, Adriana Maria Procópio. Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, p. 91-102, 2008.

ARANHA, M. S. F. **Implementação da educação inclusiva no município de Vargem Grande Paulista**: manifestação de professores. Trabalho não publicado, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. **O que é dislexia?** Disponível em: <<http://dislexia.org.br/v3/index.php/dislexia/o-que-e-dislexia>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BAPTISTA, José António LS. A invenção do Braille e a sua Importância na Vida dos Cegos. **Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência/Comissão de Braille**, 2000.

BARBOSA, Marily Oliveira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. O PROCESSO INCLUSIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: O OLHAR DOS COORDENADORES DE CURSO, 2010.

BELARMINO, Joana. Associativismo e política: a luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena. **João Pessoa: Idéia**, 1997.

BETIATI, Welington. Compreensão dos professores de educação física frente à inclusão de alunos com síndrome de down em escolas de Ibipora/PR. 2010.

BRASIL, M. E. C. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, 1998.

_____. **Constituição de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999- Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá

outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 mai. 2016.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 06 mar. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ceb0201.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2016.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&itemid=30192>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria da Glória B. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual. **Brasília: Ministério da Educação**, v. 2, 2001.

CAMARGO, EP de. O ensino de Física no contexto da deficiência visual: elaboração e condução de atividades de ensino de Física para alunos cegos e com baixa visão. **Campinas, Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil**, 2005.

CAMPOS, Márcia de Borba; SILVEIRA, Milene Selbach; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Tecnologias para educação especial. **Informática na educação: teoria & prática**, v. 1, n. 2, 1998.

CARLOS, GIL Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa social. **São Paulo: Atlas**, 1999.

CARMO, Carlos Roberto Souza; MIRANDA, Gilberto José; BIFI, Cláudio Rafael. INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. **Registro Contábil**, v. 2, n. 3, p. 1-20, 2012.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. **Administração online**, v. 1, n. 1, 2000.

COSTA, Luciano Gonsalves; NEVES, Marcos Cesar Danhoni; BARONE, Dante Augusto Couto. O ensino de física para deficientes visuais a partir de uma perspectiva fenomenológica. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 2, p. 143-153, 2006.

COSTA, Maria Nadjé Moura Carvalho. Políticas de inclusão de alunos com necessidades especiais e os desafios na trajetória acadêmica na Universidade de Brasília – Brasil; Asunción, PY 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

DA CUNHA, Maria Isabel. **Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária**. Pró-Reitoria de Graduação da USP, 2008.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, EsteraMuzkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **UFSC, Florianópolis, 4a.edição**, 2005.

DE OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro. Sociabilidade e direito no liberalismo nascente. **Lua Nova**, n. 50, p. 159-183, 2000.

DE SOUZA, Amaralina Miranda; LESSA SOARES, Daniele; MORAIS GASPARINO EVANGELISTA, Glauro Borges. A Universidade de Brasília ea inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais: Educação Especial. **Linhas críticas**, n. 16, p. 105-126, 2003.

DE SOUZA, Gracy Kelly Pereira; BOATO, Elvio Marcos. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. 2010.

FERNANDES, P. D.; SOUZA, V. R. M. A Inclusão do Aluno com Deficiência na Universidade Federal de Sergipe. **Scientia Plena**, v. 8, n. 10, 2012.

FERNANDES, Woquiton Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilities of Peer Tutoring for Students with Visual Impairment in Technical and Higher Education. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 39-56, 2015.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Deficiência visual**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

GUERRA, Clariza Terezinha. O ensino de psicologia na formação inicial de professores-constituição de conhecimentos sobre aprendizagem e desenvolvimento por estudantes de licenciatura. 2003.

HERNANDES, Danieli Cristina Ramos; PELEIAS, Ivam Ricardo; BARBALHO, Valdir Ferreira. O professor de contabilidade: habilidades e competências. **Didática do Ensino da Contabilidade–Aplicável a outros Cursos Superiores**. São Paulo: Saraiva, p. 61-119, 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 13 abr. 2016.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Pessoa portadora de deficiência. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=396>>. Acesso em: 10 fev. 2016

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A educação inclusiva e a contabilidade. **Pensar contábil**, v. 8, n. 31, 2008.

LAGUNA, Jacqueline de Cássia. A utilização de diferentes recursos pedagógicos como auxílio na aprendizagem de alunos com deficiência visual. 2015.

LEITÃO, João Paulo Fernandes Ramos. A atitude dos professores face à inclusão de alunos com deficiência: a influência do nível de ensino. 2011.

MARIAN, A. L.; FERRARI, Dias; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007.

MARQUES, Maria do Perpetuo Socorro Duarte. O acesso de pessoas com deficiência, ao sistema público de ensino de Manaus, na percepção dos professores. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-24102013-153936/pt-br.php>. Acesso em: 22/04/2016.

MAZZOTA, MJS. Educação especial no Brasil. 5ª edição. **Porto Alegre: Artes**, 2005.

MENDES, E. G. Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 1995. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Conceitos de deficiência**. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=41>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**, 2003.

MIRANDA, Gilberto José. Docência universitária: uma análise das disciplinas na área da formação pedagógica oferecidas pelos programas de pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 4, n. 2, p. 81-98, 2010.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOSSA, Valcemiro. **Ensino da contabilidade no Brasil: uma análise crítica da formação do corpo docente**. 1999. Tese de Doutorado.

PACHECO, Renata Vaz; COSTAS, Fabiane AdelaTonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 151-169, 2006.

PARASURAMAN, A. Marketing service. Addison Wesley Publishing Company. 2 ed. 1991.

PEREIRA, Paulo Henrique; GARCIA, Marcos Cesar. Estatística. **São Paulo: Plêiade**, 2008.

PERTUZATTI, Elizandra; MERLO, Roberto Aurélio. O programa de educação fiscal do Estado de Santa Catarina: Uma reflexão sobre o papel do contador. **Revista Universo contábil**, v. 1, n. 3, p. 48-62, 2005.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: TA Queiroz, 1984.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. Cortez, 2005.

PIRES, L. A. A caminho de um ensino superior inclusivo? A experiência e percepções dos estudantes com deficiência: Estudo de caso. **Unpublishedmaster«sthesis, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa**, 2007.

PROGRAMA DE APOIO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. **Resolução nº 10/2007** - Cria o Programa de Tutoria Especial (PTE), normaliza o apoio acadêmico a estudantes com necessidades especiais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ppne.unb.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=20&itemid=21>. Acesso em: 17 mai. 2016.

RAPOSO, Patrícia Neves. O impacto do sistema de apoio da Universidade de Brasília na aprendizagem de universitários com deficiência visual. 2006.

REGANHAN, W. G. **Inclusão de aluno com deficiência no ensino regular**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

_____. Recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência: percepção de professores. 2006.

REIS, Michele Xavier dos; EUFRÁSIO, Daniela Aparecida; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. The professor educational background for the university academic practice towards visually impaired students. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 111-130, 2010.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca** - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Wva, 1997.
SCHLINDWEIN, LUCIANE MARIA. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Cad. Cedes**, v. 28, n. 75, p. 171-190, 2008.

SILVA, ANTONIO CARLOS RIBEIRO. Metodologia da pesquisa aplicada. **São Paulo: Atlas**, 2003.

SILVA, Otto Marques da. A epopeia ignorada. **A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVEIRA, Cíntia Murussi. Professores de alunos com deficiência visual: saberes, competências e capacitação. 2010.

SLOMSKI, Vilma Geni. Saberes que fundamentam a prática pedagógica do professor de Ciências Contábeis. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2008.

TELES, Paula. Dislexia: como identificar? Como intervir. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, v. 20, n. 5, p. 713-730, 2004.

THEIS, MaíkeBauler; RAUSCH, Rita Buzzi. A IDENTIFICAÇÃO DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EaD NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. **SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância 2012**, 2012.

THOMA, Adriana da Silva. A inclusão no ensino superior: ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos... isso exige certamente uma política especial. **29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, p. 0-18, 2006.

UNIDOS PELOS DIREITOS HUMANOS. **Ferramentas eficazes de educação sobre os direitos humanos para professores e outros educadores**. Disponível em: <<http://www.humanrights.com/pt/educators/welcome.html>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Vestibular.** Disponível em: <http://www.unb.br/estude_na_unb/formas_de_admissao/vestibular>. Acesso em: 07 mar. 2016.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho. **A formação do professor do ensino superior.** Editora Pionera, 2000.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA.

Prezado (a) Professor (a):

Sou aluna de graduação do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília e estou no último semestre. A partir da aplicação deste questionário, estou realizando meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, como requisito da disciplina de Pesquisa em Ciências Contábeis, sob orientação da Professora Dr^a Ducineli Régis Botelho. O objetivo da pesquisa é analisar a percepção que o corpo docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília possui a respeito da inclusão de um aluno com deficiência visual na graduação, sob o enfoque didático pedagógico. As informações serão tratadas com sigilo.

Agradeço a sua colaboração,

Thaís Alves Dias.

Perfil		
1) Gênero: () Feminino () Masculino		
2) Idade: () Menos de 30 anos () Entre 30 a 40 anos () Entre 41 a 50 anos () Mais de 50 anos		
3) Habilitações: () Bacharelado () Licenciatura () Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado () Pós Doutorado		
4) Experiência Docente: () menos de 5 anos () 5 a 10 anos () mais de 10 anos		
Contato com a deficiência	SIM	NÃO
5. Na infância/juventude teve contato com pessoa com deficiência visual?		
6. Na sua formação inicial teve alguma disciplina que o levasse ao contato com pessoas com deficiência visual?		
7. Já teve alguma experiência no ensino de alunos com deficiência visual?		
Se respondeu não à questão 7, mas já teve experiência com outras deficiências, descreva quais e prossiga para a questão 16:		
Se respondeu sim à questão 7, responda as questões de 8 a 15 e depois prossiga.		
	SIM	NÃO
8. Tenho conhecimentos suficientes para ensinar, em conjunto, alunos com e sem deficiência.		
9. A inclusão de alunos com deficiência visual, na minha disciplina é contributo importante para a socialização e desenvolvimentos desses alunos.		
10. A inclusão de alunos com deficiência visual traduz exigências e esforços adicionais para os alunos.		
11. Sou capaz de ajustar as minhas práticas de forma a, no contexto da aula, dar resposta as necessidades do aluno com deficiência visual.		
12. A inclusão de aluno com deficiência visual, é um incentivo a construção de relações de colaboração, solidariedade e ajuda mútua, entre os alunos.		
13. A inclusão de aluno com deficiência visual nas atividades curriculares torna a planificação e preparação das aulas mais difícil e complexa.		
14. A inclusão de aluno com deficiência visual exige uma atenção especial e individualizada, tomando muito do meu tempo.		
15. Pretendo participar no futuro de ações de formação para me sentir mais capaz de ensinar para alunos com e sem deficiência visual.		
Concepções sobre inclusão	SIM	NÃO
16. Você gosta ou gostaria de trabalhar com alunos deficientes visuais incluídos em sala de aula?		
17. Você acredita que a atenção extra requerida pelos alunos deficientes visuais podem prejudicar a fluidez das aulas de disciplinas do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília e o desenvolvimentos dos demais alunos?		
18. Você acredita que alunos deficientes visuais incluídos nas aulas das disciplinas oferecidas pelo departamento, em função da relação com os alunos sem deficiência, desenvolvem melhor suas capacidades profissionais?		
19. Em função da deficiência, o aluno pode se sentir inferior aos demais e não desenvolver de maneira condizente as aulas quando incluídas em turma regulares?		
Atitudes dos professores	SIM	NÃO
20. Você considera a metodologia aplicada nas suas aulas apropriadas para os estudantes com deficiência visual?		
21. Você já buscou recursos próprios para sua atuação no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência (cur-sos de extensão, orientações de como lidar com a diferença)?		
Capacitação dos professores	SIM	NÃO

22. Você considera que os professores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias da UnB têm capacitação mínima para dar aulas para alunos com deficiência visual?		
23. Em algum momento foi oferecido a você um curso de capacitação para o atendimento de deficientes visuais?		
24. Você se considera capacitado (a) para atender alunos com deficiência visual?		